

## Desenvolvimento Social

Sérgio Sérvulo da Cunha – Advogado e Coordenador do Fórum da Cidadania

José Pascoal Vaz – Economista, membro do Fórum de Economia Solidária da Baixada Santista

No seu velho compêndio de Economia Política, que se estudava nas faculdades de Direito, André Gide escrevia mais ou menos assim: “o dinheiro é como um rio, que por onde passa faz tudo florescer”. Essa lição vem à mente nestes tempos bicudos, quando os rios correm para cima, desertificando a paisagem.

Desde quando o neoliberalismo passou a ditar regras, os trabalhadores vêm o salário diminuir, comércio e indústria vêm secar o crédito e o lucro, pequenos rentistas vêm encolher o aluguel de onde tiram sustento, as cidades vêm lojas fechando e tradicionais empresas quebrando.

Entretanto, alguns obtêm lucros enormes, que batem recordes a cada ano. Diz-se que Delfim Neto justificava a concentração de renda argumentando ser preciso fazer o bolo crescer antes de distribuí-lo. Hoje, porém, tendo se apoderado do governo, os agentes financeiros se dispensam de justificar, eticamente, seu comportamento predatório. Percebe-se que, das discussões econômicas, sumiu o termo “desenvolvimento social”. Este corresponde a uma economia que beneficie a todos. Para tanto, são indispensáveis políticas públicas que facilitem os investimentos e os induzam à produção de bens e serviços que atendam às necessidades sociais.

Se, por exemplo, grande parte da população (grupo A) mora em habitações precárias e distantes do trabalho; se não tem acesso a bons serviços de saúde, de educação e de transporte; se não se alimenta bem etc, o perfil de A é de necessidades primárias, essenciais. Se a parte menor, (grupo B), dispõe destes quesitos em abundância e qualidade, seu perfil é de “necessidades” de bens e serviços sofisticados. Por definição, num regime de mercado, A é de baixa renda e B é de renda elevada. Neste caso, a demanda agregada efetiva induz os investidores e empreendedores a investir para a produção que atenda ao perfil de B. Se o poder público não dispuser de políticas para atender ao perfil de A, a consequência – como vimos assistindo – será o afastamento cada vez maior entre A e B sob o ponto de vista da qualidade de vida: a desigualdade crescerá em círculo vicioso.

Há estudos mostrando que, além de ser um problema ético, a desigualdade emperra a produtividade sistêmica, pois o abismo entre os dois perfis provoca gargalos que prejudicam o equilíbrio econômico, social e político.

O caso de Santos é exemplar: conforme o IPEA-Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas e a FJP-Fundação João Pinheiro, entre as 5.600 cidades brasileiras só há cinco com PIB per capita superior ao de Santos. Mas, ao mesmo tempo, há 4.399 cidades com desigualdade menor. Assim, não há como pensar o desenvolvimento social santista apenas pelas vias do mercado, sem que as falhas deste sejam corrigidas por políticas públicas. O fato de Santos ter renda elevada e concentrada implica forte poupança agregada. Desta, parte significativa é carreada para fora, pois aqui não há grandes investimentos privados. Entretanto, compondo-se politicamente, as nove cidades da Baixada Santista podem criar atratividade para que essa poupança, hoje alienada, financie bons investimentos na região, atacando o desemprego que hoje aflige as famílias de 100 mil trabalhadores.

Outra forma de desenvolver é através da Economia Solidária, com os trabalhadores decidindo como se organizar para produzir e distribuir entre si. Importante, aqui, o poder público contribuir com o marco legal e com um Centro Público de Ecosol.

Essa era a pergunta que o cordeiro fazia para o lobo: - como posso estar poluindo o seu rio, se você está na cabeceira? É que na Lobolândia, ensina Esopo, os rios correm para cima.